

FUNDOS DE FUNDOS



Os rendimentos das Unidades de Participação (UP) dos Fundos de Fundos, obtidos em território português, por sujeito passivo de IRS, estão sujeitos a retenção na fonte, a título definitivo, à taxa de 28% de IRS (ou 19,6% tratando-se de sujeito passivo residente na Região Autónoma dos Açores).

RESIDENTES

- Os fundos de investimento mobiliário podem distribuir rendimentos. São considerados rendimentos da Categoria E (rendimentos de capitais), têm o regime de retenção na fonte à taxa liberatória de 28% (ou 19,6% tratando-se de sujeito passivo residente na Região Autónoma dos Açores), podem ser englobados (caso o façam, o imposto retido tem natureza de imposto por conta, que será deduzido à coleta);

Onde declarar

Anexo E, quadro 4.A, código E31, e pode optar pelo respetivo englobamento:

 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  MODELO 3 Anexo E		1	CATEGORIA E	2	ANO DOS RENDIMENTOS		
RENDIMENTOS DE CAPITAIS			01				
			01				
3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)							
Sujeito passivo A NIF 01							
Sujeito passivo B NIF 02							
4 RENDIMENTOS OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS							
A RENDIMENTOS SUJEITOS A TAXAS ESPECIAIS (art.º 72.º do CIRS)							
NIF da entidade devedora, registadora ou depositária	Códigos dos rendimentos	Titular	Rendimentos	NIF da entidade devedora, registadora ou depositária	Códigos dos Rendimentos	Titular	Rendimentos
401			. . . ,	407			. . . ,
402			. . . ,	408			. . . ,
403			. . . ,	409			. . . ,
404			. . . ,	410			. . . ,
405			. . . ,	411			. . . ,
406			. . . ,	412			. . . ,
SOMA DE CONTROLO			. . . ,				. . . ,
OPÇÃO PELO ENGLOBAMENTO							
1. Opta pelo englobamento dos rendimentos inscritos no quadro 4A? Sim 01 Não 02							

- alienação/resgate/liquidação (mais valias) - trata-se de rendimentos da Categoria G (mais-valias e outros incrementos patrimoniais), têm o regime de retenção na fonte à taxa especial definitiva de 28% (ou 19,6% tratando-se de sujeito passivo residente na Região Autónoma dos Açores), podem ser englobados;

Onde declarar

São de declaração obrigatória, e podem ser englobados, tendo de ser declarados no Anexo G, quadro 10, código G31:

10	RESGATE/LIQUIDAÇÃO DE UP'S EM FUNDOS DE INVESTIMENTO E DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS EM SOCIEDADES DE INVESTIMENTO OPÇÃO PELO ENGLOBAMENTO (com exceção das operações que devam ser incluídas no quadro 11)					
Titular	NIF da entidade emitente	Código	Rendimento	Retenções na fonte	NIF da entidade retentora	
10001			. . . ,	. . . ,		
10002			. . . ,	. . . ,		
10003			. . . ,	. . . ,		
10004			. . . ,	. . . ,		

- Pode optar pelo respetivo englobamento no quadro 15 desse mesmo anexo.

15	OPÇÃO PELO ENGOBAMENTO
1 - Opta pelo englobamento dos rendimentos incluídos nos quadros 6, 8, 9, 12, 13 e 18, bem como dos rendimentos relativos a imóveis recuperados ou objeto de reabilitação (quadro 4A) e a imóveis rústicos alienados, em 2018, a EGF e a UGF (quadro 4C)?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> 01 <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> 02 <input type="checkbox"/>
2 - Se optou pelo englobamento (assinou o campo 01) e no ano a que a declaração respeita auferiu rendimentos do resgate/liquidação de unidades de participação em fundos de investimento ou de participações sociais em sociedades de investimento, preencha os quadros 10 e 11B.	
3 - Se não optou pelo englobamento (assinou o campo 02) e mencionou no Q9 operações relativas a ativos detidos por um período inferior a 365 dias e o seu rendimento coletável for igual ou superior ao valor do último escalão do n.º 1 do artigo 68.º do CIRS, o saldo entre as mais valias e menos valias destes ativos será englobado, conforme dispõe o n.º 14 do art.º 72.º do CIRS.	

- Se o sujeito passivo residente optar pelo englobamento, o saldo negativo entre as mais e menos-valias apurado num determinado ano pode ser reportado para os cinco anos seguintes, podendo ser deduzido aos rendimentos da mesma natureza que o titular venha a auferir nesses cinco anos.

NÃO RESIDENTE

Desde que se trate de não residentes sem estabelecimento estável ao qual estes rendimentos sejam imputáveis:

- rendimentos distribuídos - isentos
- alienação/resgate/liquidação (mais valias) - isentos

Se o titular não residente estiver domiciliado numa jurisdição sujeita a um regime fiscal mais favorável, constante da portaria aprovada pelo Ministro das Finanças que lista os "paraísos fiscais", a taxa aplicável será de 35%.